A contribuição de Fritz Jahr em vista de relações de respeito no contexto da diversidade religiosa[≠]

The contribution of Fritz Jahr to respectful relationships in the area of religious diversity

Geni Maria Hoss*

RESUMO: A dimensão espiritual / religiosa é hoje reconhecida e contemplada nas mais diversas esferas da vida humana. O ser humano está em constante busca de sentido que transcende os seus limites e vulnerabilidades e que lhe permitem experiência de sentido de vida no contexto em que vive. A falta de saúde é um fator que torna sua busca ainda maior por experiências que tornem a vida significativa, independentemente de suas condicionantes e limitações. Entendendo assim a condição humana, além do direito à liberdade de profissão de fé, garantido para os cidadãos, é preciso garantir uma relação recíproca de respeito diante da fé do outro e à assistência espiritual, particularmente durante enfermidades e períodos de internação. Fritz Jahr^a apontou algumas diretrizes que favorecem e promovem boas relações entre diferentes grupos religiosos que aqui são aplicadas à assistência espiritual na área da saúde.

PALAVRAS-CHAVE: Assistência. Espiritualidade. Religião. Saúde.

ABSTRACT: Human spiritual / religious dimension is recognized and considered today in the most diverse spheres of human life. Human beings are continuously searching for a sense that transcend their limits and vulnerabilities and allows them to experience the meaning of life in the context inside which they live. A bad health condition is a factor that makes even more intense their search for experiences that bring a more significant life, independently of its conditions and limitations. Understanding human condition as such, in addition the right of freedom in professing faith, guaranteed to citizens, it is essential to guarantee a mutual relationship of respect for of each for another's faith and spiritual assistance especially during infirmities and periods of hospitalization. Fritz Jahr recommends some guidelines that favor and promote good relationships between different religious groups which, here, are applied to spiritual assistance in the health area.

KEYWORDS: Assistance. Spirituality. Religion. Health.

A diversidade nas diversas esferas da sociedade é expressão do reconhecimento dos direitos individuais, incluindo o da livre escolha e manifestação da fé. Entende-se que a experiência e profissão de fé transcendem a esfera científica, inerente aos processos de saúde, no entanto, prima-se hoje pela razoabilidade da fé, dimensão em que é possível acontecer diálogo e interação entre fé e ciência, entre os diferentes atores da geração de saúde: profissionais da saúde, pacientes, familiares.

No Brasil, muitas vezes, a questão religiosa é avaliada sob o prisma do catolicismo, cujas marcas estão profundamente enraizadas na cultura local. No entanto, é preciso atentar para a dinâmica religiosa

específica, que, pelas próprias tendências da pós-modernidade e tantos outros fatores, estão transformando este quadro religioso. Além da pertença a grupos religiosos diversos, existe também uma espécie de “mistura religiosa”, em que não há definição tão nítida entre o domínio de um ou outro grupo. Constatou-se também um crescente trânsito religioso entre as diversas comunidades cristãs. O pluralismo religioso, seguindo as tendências de outros âmbitos da sociedade, se consolida cada vez mais e encontra maior aceitação em virtude da afirmação individual livre e autônoma. Esse quadro diverso e complexo deve ser amplamente considerado pelas políticas públicas do

[≠] Uma versão deste texto foi publicada em “Hoss GM. The contribution of Fritz Jahr towards respectful relationships in the area of religious diversity. *Formosan J Med Humanities*, Taiching, Taiwan, Chung Shan Medical University. 2012May;13(1&2):51-68”.

* Mestre em Teologia. Doutoranda em Teologia das Faculdades EST, São Leopoldo-RS, Brasil. Membro do Grupo de Pesquisa Práxis Teológica no contexto pluralista sociorreligioso. Especialista em Bioética. É bolsista CAPES. E-mail: geni.maria@yahoo.com.br

A autora declara não haver conflitos de interesse.

a. Fritz Jahr (1895-1953) foi um pastor protestante, teólogo, filósofo e educador alemão, nascido em *Halle an der Saale*, na Alemanha. O conceito de Bioética, sugerido por Jahr, tem um sentido mais ampliado da relação moral entre o ser humano e os demais seres vivos, humanos e não humanos. Desenvolvido como “imperativo bioético”, em substituição ao imperativo categórico formal de Kant, Jahr apontou a uma ética que diz respeito aos animais de experimentação, a necessária deliberação quanto às intenções da pesquisa científica e aos diversos aspectos sobre a difusão da ciência entre a população em geral, para torná-la participante¹.

cuidado de saúde como importante dimensão da vida humana.

A questão da assistência espiritual independe da pertença a esta ou aquela profissão, não importa se esta ou aquela profissão religiosa é numericamente expressiva ou não. O cuidado dispensado em instituições de saúde, também nesse campo, se direciona a pessoa e sua família.

A proposta deste trabalho partiu da ação concreta dos assistentes espirituais e pretendeu identificar elementos do pensamento de Fritz Jahr que contribuam para que esse serviço esteja em concordância com as atuais demandas da diversidade religiosa e seja, de fato, um aliado da geração de saúde, especialmente em caso de internação clínica / hospitalar.

DIVERSIDADE RELIGIOSA: A BELEZA E O DESAFIO DO DIFERENTE

É fundamental que se considere o contexto, que se iniciem identificando *onde e como* está hoje a sociedade na qual está inserida a pessoa – paciente – que procura os cuidados em saúde. Essa identificação é o ponto de partida para a relação médico-paciente-família. Não se trata de começar por uma análise detalhada da atual conjuntura, mas de relacionar as principais tendências da pós-modernidade, que de forma mais ou menos intensa impactam sobre as relações nas diferentes esferas humanas e, dentro da qual, o ser humano se entende como pessoa. Optamos, neste trabalho, referenciar as grandes linhas da pós-modernidade adotadas pelo autor de Teologia Prática Norbert Mette, que resume a atual conjuntura segundo tendências amplas e universais, embora diferenciadas nas diferentes realidades, com seus desafios e suas chances: A individualização, pluralização, “destraditionalização” e globalização².

A individualização de estilos de vida, de se compreender como pessoa e buscar sentido para a existência, de expressões pessoais, na verdade, é elemento constituinte da diversidade. Se de um lado, na sua forma mais radical, pode levar a um individualismo incompatível com a *boa convivência*, de outro é um importante pressuposto para o exercício da liberdade e autonomia, para o protagonismo da pessoa. Estilos individualizados constituem

o pluralismo nos mais diversos âmbitos, requerem habilidade para conviver com o diferente, portanto, de estabelecer um novo modo de relacionamento.

O exercício da liberdade e autonomia não rompe somente com a uniformização e a determinação externa. Ao desenvolver-se um estilo próprio de vida, a partir de convicções interiores, há, frequentemente, o rompimento com as tradições. De um lado, podem se perder as referências de valores, tradicionalmente comprovados, de outro permite acompanhar o compasso do tempo numa sociedade em rápidas e constantes mudanças.

Hoje é possível alargar as perspectivas em âmbito mundial, constituir uma comunidade quase que sem fronteiras e ao mesmo tempo estreitá-las sobre si mesmo, como se cada pessoa possuísse um mundo só para si. Desta condição resultam comportamentos e relacionamentos novos e desafiantes. A globalização, promovida e favorecida pelas inúmeras possibilidades de comunicação, entre outros, geradas pela tecnologia, vai transformando cada vez mais as sociedades, até mesmo aquelas que, de certo modo, pareciam *mais longe do mundo* dadas as distâncias geográficas destas com as grandes metrópoles. Se nem todos os benefícios da globalização chegam igualmente a todos, alguns aspectos desse processo são absorvidos de forma mais ampla e mudam as formas de estar no mundo e impactam diretamente no relacionamento interpessoal.

As mudanças geradas nos últimos anos no âmbito religioso se devem também a essas tendências, uma vez que não se podem desconectar as questões religiosas do próprio desenvolvimento da sociedade. Originalmente, cada religião se pensou exclusiva, caminho único de salvação, mas os processos acima citados suscitaram uma nova experiência: de perceber-se não mais apenas único, mas múltiplo. A esse respeito, José Maria Vigil chama a atenção: “A percepção que emerge como evidente é que a própria religião é uma a mais, uma entre outras, ainda que esta percepção se choque com a herança exclusivista original de cada religião”³.

Questões religiosas, de um lado remetem imediatamente a realidades enraizadas na fé, na Transcendência, ou seja, dimensões da vida não totalmente inseridas no tempo e espaço no qual são percebidas, vividas e avaliadas; de outro, as experiências de fé são concretas e suas expressões são contextualizadas e reais, intera-

gindo continuamente com outros aspectos da vida, na história. Portanto, trata-se de uma dimensão vivida na história, ao mesmo tempo, cuja plenitude transcende a história. Por essa razão, configura-se como um campo de constante estudo e análise sempre aberto. Acolher e compreender a diversidade nos diversos campos da experiência humana é imprescindível para compreender o próprio ser humano habilitado a se constituir em diferentes modos de estar no mundo, distintos, mas sempre interconectados.

Não há, no entanto, controvérsias tão ferrenhas como no âmbito religioso quando se trata da diversidade, uma vez que nesta esfera se tratam de conceitos e conteúdos de crenças tidas tradicionalmente pelo seguidor e seu grupo como *a verdade* e que ao mesmo tempo transcendem as possibilidades e categorias humanas. De suas doutrinas e verdades advêm comportamentos morais e estilos de vida. As questões primárias aqui tratam: e sem essa verdade, teria sentido aquilo em que se crê? Como se relacionar com o outro que tem como referência *outra verdade*? Como as mudanças de autopercepção de Religião única para a diversidade religiosa impactam sobre o conceito de *verdade*? Como o tema aqui não se ocupa com um tratado sobre a *verdade*, as questões colocadas servem para que se perceba a complexidade de mudanças de paradigmas neste campo.

O desenvolvimento de uma postura de respeito, acolhida e, sobretudo, de admiração em relação ao que se relaciona de forma diferente com o Transcendente, é um desafio extremamente delicado e significativo para a atual sociedade, onde a diversidade e uniformidade concorrem nos diferentes âmbitos da vida. De um lado, cada qual cria seu próprio modo de ser, pensar, crer, de outro, globalizam-se comportamentos, pensares e crenças. Neste jogo, também no âmbito religioso, fazer a experiência de identidade como pessoa e comunidade pode ser considerado como algo belo e desafiante ao mesmo tempo.

O autor referencial deste trabalho, Fritz Jahr, entende, já no seu tempo – início do século XX –, a diversidade entre cristãos como algo positivo, contanto que se preservem os valores cristãos que dinamizam essa relação entre diferentes.

Quanto mais tenaz e intensa for a devoção religiosa, mais prováveis serão as gradações decisivas das diferenças entre os vários povos e grupos para que duas

crenças não se pareçam. Talvez as muitas formas de crença atestem a força da religião e, desse ponto de vista, poderiam ser um bom sinal. A riqueza das formas de crença não deve causar agitação religiosa entre os cristãos. Tal perigo é muito real e, desde o passado até o presente, as igrejas cristãs, que são exclusivamente pioneiras em suas obras de caridade (um modelo para toda a cultura moderna), alimentam pouquíssimo esse amor nos comportamentos de uns em relação aos outros em matéria de opiniões religiosas diferentes¹.

Poder afirmar livre e conscientemente a própria identidade religiosa e acolher as distintas profissões como algo primordialmente belo constitui direito e dever fundamental do cidadão. São experiências humanas relevantes perceber-se diferente do outro, uma vez que permitem e, acima de tudo, promovem uma reciprocidade de acolhida e respeito, considerando-se o outro como referência para a própria identidade. Afirmer e consolidar a própria identidade religiosa difere substancialmente de pretender impor as próprias convicções a pessoas de outros grupos religiosos. Convivência ecumênica e inter-religiosa implica valorizar o outro pelo que é e pelo que crê, sem pretender transformá-lo ou adequá-lo às próprias crenças. No campo ecumênico, a valorização exclusiva do que constitui a doutrina comum em detrimento às diferenças, promovido por muitos anos e louvável por propiciar um espaço de convivência e acolhida recíproca, deve incluir efetivamente também o respeito e acolhida do outro, justamente naquilo que o diferencia, uma questão difícil de ser abordada e experienciada dentro de um caminho conjunto das diferentes Igrejas; um desafio bem atual, embora já presente na obra de Fritz Jahr ao analisar a situação das Igrejas cristãs. O contexto religioso analisado por Jahr é diverso da atual matriz religiosa, especialmente quando se trata da realidade brasileira. As questões primárias daquele tempo – primeira metade de século XX – estão muito próximas daquilo que atualmente se constata nas diferentes sociedades, sob o impacto das novas realidades resultantes do desenvolvimento nas mais diversas esferas humanas e científicas.

Partindo da exposição de Jahr sobre a situação interna das Igrejas cristãs da época, suas controvérsias e dificuldades de relacionamento, pode-se questionar a ampliação da questão para a diversidade religiosa hoje: O que hoje dificulta a experiência da diversidade religio-

sa como algo positivo na sociedade? Como convivemos entre tantos diferentes? Dentro do âmbito cristão, Jahr reconhece: “Em vez da paz, que Cristo espera, encontramos intolerância, desarmonia, brigas e controvérsias – e poder-se-ia chamar isso de norma. Não é necessário e não deve ser assim”¹.

DIVERSIDADE RELIGIOSA: CONVIVÊNCIA E FRATERNIDADE POSSÍVEL?

Em muitos aspectos avançamos (desde 1935, quando Jahr aborda este assunto), mas temos muito a avançar ainda. Essa questão se tornou muito mais complexa em relação àquela época e se trata de outro contexto sociocultural. Para se compreender a necessidade e as vias de um bom diálogo ecumênico e inter-religioso, faz-se necessário conhecer o que é comum e o que diferencia uma comunidade religiosa de outra. Propriamente, porque se pode falar de diferenças. Somente com as diferenças e semelhanças claras podemos traçar um bom itinerário para a convivência pacífica e construtiva para todas as partes. Ao referir-se a esta questão no âmbito cristão, Fritz Jahr expõe: “Essa questão importante é central para qualquer forma de igreja cristã: como nos diferenciamos dos outros cristãos?”¹. O mesmo pode ser aplicado a outros grupos religiosos. Somente identificando e assumindo as diferenças é possível construir um caminho conjunto de *respeito*, *admiração* e *aprendizado* recíprocos. Nessa esfera, é importante estabelecer, além da alteridade individual, uma forma de *alteridade coletiva*, em que os diferentes se interpelam reciprocamente e suscitam também uma aprofundada autoanálise sem, contudo, abdicar de importantes elementos da crença própria, nomeadamente aqueles que identificam uma comunidade de fé e são, por isso, fundamentos de sua identidade. O Conselho Episcopal Latino-Americano afirma no Documento de Aparecida a respeito do diálogo inter-religioso que ele “promove a liberdade e dignidade dos povos, estimula a colaboração para o bem comum, supera a violência motivada por atitudes religiosas fundamentalistas, educa para a paz e para a convivência cidadã”⁴.

Importante contribuição nesse campo se dá com os especialistas da área, como os teólogos, embora aqui não se trate de fazer uma análise teológica sobre o

tema. Francis Arinze (1984) afirmou sobre essa questão: “Neste confronto, os interlocutores conhecem e apreciam reciprocamente os valores espirituais e as categorias culturais, promovendo a comunhão e a fraternidade entre os homens”⁵. Onde a raiz do diálogo é constituída pelo respeito, admiração e abertura para o aprendizado – continua Arinze –, “o diálogo torna-se, assim, fonte de esperança e fator de comunhão na transformação”⁵. A diferença conhecida é importante para promover atitudes de tolerância, a diferença acolhida é pressuposto para o encantamento e aprendizado recíproco.

Diversidade supõe *identidades pessoais e grupais*. Onde o diferente é extinto, é também suprimida a vitalidade e dinâmica próprias da diversidade. Os muitos *distintos e peculiares* conformam a diversidade. No campo religioso, abdicar das próprias crenças, igualar posicionamentos numa sociedade constituída a partir de grupos tão diversos e consolidados nas suas crenças e ideologias, a busca / imposição de *unanimidade* pode tornar-se um caminho tão perigoso quanto o proselitismo ancorado em radicalismos.

O ponto de partida para o diálogo na diversidade é o reconhecimento do que é comum sem, contudo, reduzir-se a ele: “É preferível ficar de olho no que nos une antes daquilo que nos divide”¹. Reconhecer e celebrar o que une é premissa, ou ainda um *ponto de encontro*, para se criar espaço de convivência e diálogo, especialmente quando este inclui perspectivas diferentes em termos conceituais daquilo que para um grupo religioso é a verdade ou, ao menos, aponta para ela.

Como Jahr faz sua análise a partir das controvérsias internas no cristianismo, vale lembrar aqui também do vasto campo da experiência inter-religiosa hoje. Que aspectos comuns podem ser identificados em posicionamentos, comportamentos, filosofias de vida decorrentes de doutrinas tão distintas? O insucesso do diálogo começa no embate sobre a doutrina, o que não é primordial no âmbito do cuidado em qualquer dimensão humana, no caso, no campo da saúde. Enquanto expressão concreta de amor e solidariedade, o campo da práxis de cada Religião é extremamente apropriado para gerar encontro de diferentes. Pode-se partir do olhar para o próprio ser humano. Se é distinto o modo de conceber Deus, valores humanos comuns como a caridade e a solidariedade são trans-

versais. E ali efetivamente se encontram as diferentes confissões religiosas. “Isto vos mando: amai-vos uns aos outros” (Jo 15,17).

O diferente está sempre sujeito a ser analisado e avaliado por aquele que é diferente. Considerando esse aspecto, Jahr chama a atenção para a moderação nesse campo e aconselha: “Ao lidar com as diferenças não se deve exagerar na fraqueza conceitual do outro e permanecer em silêncio sobre os aspectos positivos”¹. Embora experiências de compartilhamento inter-religioso do exercício da solidariedade não sejam espaços próprios de debates doutrinários, estes por vezes afloram. Por isso, vale considerar também aqui a orientação de Jahr: “Deve-se ter muita cautela com a crítica negativa; sobretudo na área da religião – incluindo a cristã – é muito perigoso julgar uma suposta verdade e justiça, ou seja, cometer equívocos”¹. É fácil erguer uma espécie de *tribunal interior* para julgar o diferente. Segundo Jahr, cada grupo religioso é constituído de pessoas limitadas e passíveis de erros. Se de um lado não se pode entrar num criticismo vazio, de outro, é preciso saber avaliar o outro, aquele que é diferente, mas com a habilidade necessária às boas relações interpessoais e intergrupais. Isso acontece de forma mais consistente quanto mais ciência se tem da impossibilidade da neutralidade, o que constitui um importante elemento de limitação e condição propícia para o erro. Mais uma vez, o que de forma simples e precisa Jahr apresentou pode servir-nos de orientação para uma ética de respeito:

Deve-se ter consciência de que uma religião apresenta deficiências e fraquezas, para as quais um julgamento ameno é tomado por certo. Tal consciência deve ser satisfatória para ocorrer um julgamento mais suave com relação às deficiências das outras pessoas¹.

A consciência e percepção da diversidade religiosa acompanham a conquista da liberdade de expressão de toda a sociedade. Não é mais necessário identificar-se como membro de uma Igreja tradicional e majoritária. A profissão de fé por tradição perdeu força e permite que se adira a diferentes Igrejas num mesmo núcleo familiar. É possível migrar e também conciliar múltiplas pertenças, ao mesmo tempo em que se preserva a tradição, abraçam-se novas expressões religiosas simultaneamente, uma situação que afirma maior liberdade e respeito e ao mesmo

tempo desafia a área da saúde para uma assistência espiritual mais adequada com a atual matriz religiosa no Brasil.

DIVERSIDADE RELIGIOSA E SAÚDE

Toda pessoa que busca um profissional de saúde e/ou chega a uma instituição de saúde o faz com a explícita intenção de procurar o tratamento do corpo. No entanto, como o ser humano é indivisível em si mesmo, o profissional de saúde acolhe e trata de uma pessoa e não de um órgão. Relaciona-se, por isso, com a pessoa nas diversas dimensões da vida. Por isso, conhecer o estado da pessoa implica, além da avaliação clínica, perceber sua condição psíquica, social, espiritual.

São conhecidos os benefícios da fé na recuperação da saúde. E ainda se não houvesse estudos científicos sobre esta relação fé-saúde, esta dimensão não poderia ser menosprezada em função das liberdades pessoais garantidas a todos os cidadãos. A diversidade religiosa, portanto, não é uma questão de um campo específico. Conhecer a matriz religiosa da população e compreender a forma como cada pessoa se percebe dentro de sua crença no processo de saúde-doença, bem como de sua perspectiva pós-morte é fundamental. A escatologia, embora seja uma questão teológica, incide sobre as outras áreas, uma vez que projeta luz sobre o sentido de vida presente. Não se esperam conhecimentos de tratados teológicos, mas que se entenda o modo de o paciente perceber-se como pessoa, sua origem e destino, mais ou menos diferenciados nas diversas religiões, e que isso requer uma atitude de respeito num ambiente onde a *invasão* da vida pessoal é, por natureza e necessidade, tão intensa como num processo terapêutico.

A assistência espiritual para pessoas de qualquer forma de internação, portanto, também na área da saúde, é garantida na Constituição Federal, no Brasil (Art. 5, inciso XV): “É assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva”⁶. Para as instituições de saúde, a assistência espiritual é um serviço estreitamente ligado à humanização, uma vez que dá conta de uma importante dimensão humana. Daí a necessidade de a assistência espiritual não ser organizada por um grupo religioso à parte da equipe multidisciplinar. Na geração de saúde, ao lado de

processos técnico-científicos, há um campo de cuidados que ajudam a humanizar ainda mais os processos terapêuticos por promoverem uma relação humana de sujeito-sujeito. Entre estes se encontra a assistência espiritual, quando realizada com critérios razoáveis.

Nesse campo se colocam alguns desafios urgentes visto que alguns comportamentos e procedimentos são impossíveis de serem estabelecidos por decreto e devem emergir da percepção humanitária dos seus atores. Se, quando falamos da sociedade em geral existem grupos religiosos constituídos em *maiorias* e *minorias*, quando se trata de atendimento personalizado, como é o caso do cuidado na área da saúde, é preciso ter ainda mais atenção em função das expressões particulares. Então, a diversidade religiosa, abrangente e complexa, como já indicado, é ainda mais rica e desafiante.

OBSERVAÇÕES SOBRE A ASSISTÊNCIA ESPIRITUAL EM INSTITUIÇÕES DE SAÚDE

1. Se de um lado a assistência espiritual é inquestionável e qualquer dúvida pode ser dirimida por meio da regulamentação própria, de outro é preciso encontrar caminhos viáveis tendo em consideração sempre o bem maior do paciente, respeitando seus desejos, independentemente de sua profissão de fé.

2. Nem todos os hospitais – especialmente os não confessionais – mantêm uma estrutura com profissionais devidamente habilitados para a assistência espiritual, especialmente para dar conta de um atendimento qualificado, considerando-se a diversidade religiosa e a complexidade própria dos processos terapêuticos. Entende-se que é necessária uma coordenação / equipe preparada para dialogar com as diferentes expressões religiosas e áreas do conhecimento e estabelecer, com a direção, corpo clínico e equipe multidisciplinar, a assistência espiritual alinhada com as diretrizes de toda a instituição.

3. Os assistentes espirituais, por vezes, entendem o serviço como um direito da sua igreja e não como um direito do paciente, o que facilmente se deduz do próprio enunciado da lei: “Aos religiosos de todas as confissões assegura-se o acesso aos hospitais da rede pública ou privada...”⁷. Por esse motivo, ignoram

a necessidade de respeitar os processos internos das instituições direcionadas ao bem-estar do paciente, o que gera conflitos, uma vez que a liberação das visitas deve ocorrer em concordância também com a equipe clínica. Em última análise, para as igrejas é um dever decorrente do direito do paciente.

4. O assistente espiritual pode querer atuar segundo propósitos adversos: nomeadamente de exercer proselitismo religioso, geralmente na perspectiva exclusivista. Nesse caso, em vez de trazer conforto para o paciente a partir da fé que ele professa, pode levar ao conflito interior e desespero, condição que interfere negativamente no processo terapêutico e, em consequência, cria um clima desfavorável entre a equipe clínica e os assistentes espirituais. Para a *captação de membros*, há visitantes que recebem ajuda financeira de sua igreja e nem sempre estão preparados para uma ação alinhada aos objetivos da assistência espiritual, situação que pode trazer transtornos para a unidade hospitalar e desconfortos para pacientes e familiares. Aqui se poderia falar de certa *exploração da vulnerabilidade e fragilidade* humana. Em situação de sofrimentos múltiplos próprios de uma enfermidade, experimentando os limites da vida e da tecnologia, a pessoa busca, no desespero, tudo o que possa ajudá-la, não estando garantida assim a livre escolha e, por vezes, pode levar o paciente a descuidar, quando não abandonar, o próprio tratamento, motivado por promessas de curas.

5. Assistentes espirituais que se entendem à parte do processo terapêutico têm dificuldades de seguir os procedimentos técnicos necessários para sua permanência em ambiente hospitalar. Não devidamente preparados, podem interferir no processo clínico ao não seguir as normas e procedimentos internos, estabelecidos para evitar infecções hospitalares, entre outros. Os próprios ritos religiosos devem ser revistos e adequados para essa condição, segundo as diretrizes estabelecidas com os órgãos internos competentes. Compete, portanto, à instituição suprir essa deficiência e oferecer espaços de capacitação e acompanhamento.

6. Instituições confessionais, confrontadas com os desafios da diversidade religiosa, geralmente organizam o serviço de assistência espiritual com profissionais / assistentes espirituais disponibilizados para esse fim. Não se trata de diminuir a identidade institucional, mas de garantir os serviços segundo a natureza humanitária de

sua profissão de fé e do respaldo legal. Consideramos aqui que os cuidados humanitários decorrentes de valores como o amor fraternal, solidariedade inerentes aos diversos grupos religiosos são a plataforma onde se constroem boas relações e espaços devidos em vista da diversidade religiosa.

7. Eventos interconfessionais para debater sobre o assunto são louváveis e necessários para que possam contribuir com subsídio e formação dos assistentes espirituais. Aqui não se pode deixar de mencionar a valiosa atuação da Associação Cristã de Assistentes Espirituais Hospitalares do Brasil (ACAHEB), associação que tem se empenhado pelo diálogo ecumênico e também inter-religioso na área da saúde.

CONCLUSÃO

Uma vez confiado a um profissional de saúde, é preciso compartilhar a responsabilidade pela geração da saúde de forma que a assistência espiritual se torne aliada do processo terapêutico. A doença é *de per se* um fator fragilizador do ser humano. Acrescenta-se a vulnerabilidade gerada pela confusão decorrente do grande número de informações que carecem de formação segura no campo da saúde, o que exige de todos os envolvidos uma comunicação consistente com o paciente e intercomunicação harmoniosa de todos os partícipes da geração de saúde. Está incluída nesse processo também a assistência espiritual de forma a compreender suas possibilidades e limites, enfim sua função, no conjunto do processo terapêutico como um todo.

Com a experiência dos limites dos recursos biomédicos e dos recursos interiores, esvai-se muitas vezes a esperança em soluções imediatas concretas, o que intensifica a busca de ajuda em *forças superiores*. Qualquer que seja a profissão de fé, esse processo é de capital importância para que o paciente seja fortalecido a partir de sua própria crença. Superar o proselitismo numa sociedade multicultural e multirreligiosa é a premissa fundamental para que a assistência espiritual atenda a necessidade do paciente como parte significativa na geração de saúde.

Há áreas – e a saúde é uma delas – em que a convivência é desafiante. Em nome da “liberdade religiosa”, justifica-se ação religiosa sem critérios. A *promessa de milagres*, a *expulsão de demônios*, entre outros, concorre diretamente com os processos terapêuticos e podem levar pacientes a descuidar ou até mesmo a abandonar tratamentos de saúde. Essa situação é ainda mais desafiante com a ampla propagação pelos meios de comunicação dessas expressões religiosas, sem critério ou ressalvas. Até que ponto questionar, analisar e elucidar a população a esse respeito significa interferência na livre expressão de crença e até que ponto ignorando esse fato está se *jogando* com a vulnerabilidade das pessoas, inclusive numa espécie de alienação coletiva? Não se trata aqui de questionar os dogmas que determinam tais manifestações, mas o fato de se colocar a crença em Deus em condição de *medicina* meramente *alternativa*, tirando-lhe sua dimensão de *aliada da geração de saúde*.

Nesse ponto, pode-se salientar um dos ensinamentos de Jahr e, para esta reflexão, talvez a contribuição mais importante: ao lado de celebrar o comum é preciso analisar as deficiências já pelo fato de que todas as pessoas e grupos são passíveis de erros. Ele afirma: “Os verdadeiros erros ou as deficiências reais na crença do outro devem ser rejeitadas, no entanto, de modo mais objetivo e sem exaltação”¹.

O cuidado de Jahr ao abordar o tema demonstra o quanto o tema é delicado e, por isso, sempre acompanhado de preocupação e por vezes ignorado como forma de não se criar conflitos. Mas será esse o melhor caminho? A dificuldade de abordar a questão não pode levar os profissionais a ignorá-la. Mais uma vez citamos Jahr: “Por fim, deve-se ter consciência de que uma religião apresenta deficiências e fraquezas, para as quais um julgamento ameno é tomado por certo. Tal consciência deve ser satisfatória para ocorrer um julgamento mais suave com relação às deficiências das outras pessoas”¹.

É possível que o diálogo inter-religioso e ecumênico, inclusive o diálogo com os diversos saberes, aconteça quando cada Religião souber identificar e aceitar seus próprios erros e for capaz de aceitar críticas e criticar o outro de forma respeitosa e construtiva, tendo sempre o bem e o respeito do ser humano como horizonte de sua ação.

REFERÊNCIAS

1. Jahr F. Ensaios em Bioética e Ética 1927-1947. Rev Bioethikos. 2011;5(3):242-75.
 2. Mette N. Einführung in die katholische Praktische Theologie. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft; 2005.
 3. Vigil JM. Teologia do Pluralismo Religioso. São Paulo: Paulus; 2006.
 4. Conselho Episcopal Latino-Americano. Documento de Aparecida: 13-31 de maio de 2007. 3a ed. São Paulo: Paulus; 2007.
 5. Arinze F. Diálogo e Missão. [acesso 15 Abr 2012]. 1984. Disponível em: http://www.vatican.va/roman_curia/pontifical_councils/interelg/documents/rc_pc_interelg_doc_19840610_dialogo-missione_po.html
 6. Brasil. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. [acesso 12 Nov 2012]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm
 7. Brasil. Lei n. 9.982, de 14 de julho de 2000. [acesso 12 Nov 2012]. 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9982.htm
-

Recebido em: 20 de dezembro de 2012
Aprovado em: 30 de janeiro de 2013